



Revista Organizações & Sociedade
2026, 33(114), 001-034

© Autor(es) 2026

Seção: Artigo

DOI: 10.1590/1984-92302025v33n0002PT

e-location: ev33n0002PT

eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Letícia Dias Fantinel

Recebido: 07/02/2024

Aceito: 22/08/2025

Identidade Organizacional: uma Crítica Hermenêutica

Leonardo Augusto Nascimento dos
Santos^{ab}

Genauto Carvalho de França Filho^b,

^a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Bahia, Feira de Santana, Brasil

^b Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil

Resumo

O presente texto investiga os fundamentos do campo conceitual denominado *identidade organizacional*. Para tanto, adota-se como referencial ontoepistêmico a hermenêutica filosófica, em que a obra de Paul Ricœur é utilizada como aporte teórico-metodológico no entendimento do conceito como texto, esboçando-se aqui uma *metodologia hermenêutica para crítica de conceitos* (M.H.C.C.) em suas dimensões epistemológica e ontológica, contribuindo-se para os estudos sobre conceitos nos estudos organizacionais. No âmbito epistêmico, a filosofia ricœuriana emula e avança os postulados de Dilthey, que divide a tarefa hermenêutica entre os momentos de explicação e compreensão. Em Ricœur tais instantes se coadunam na interpretação do *texto* como ente central das ciências sociais. A explicação aqui empreendida é uma análise etimológico-filosófica dos termos *identidade* e *organização*. A compreensão historiciza o campo conceitual a partir de um diálogo com os principais textos da comunidade acadêmico-discursiva de pesquisa em identidade organizacional. Constatados os limites ônticos e temporais do conceito, o momento ontológico propõe a superação de tais limites, a partir do conceito central da obra de Ricœur, *identidade narrativa*, assentado na diferença ontológica heideggeriana que critica a dicotomia cartesiana entre sujeito e objeto, equiparando a verdade do Ser ao tempo. Como resultado o conceito *identidade organizacional narrativa* evidencia-se como caminho teórico-metodológico para estudos em identidade organizacional. Ao final do trabalho, apresenta-se um epítome do mesmo.

Palavras-chave: identidade organizacional; hermenêutica; Tempo(ralidade); Paul Ricœur; identidade narrativa.

Introdução

Não são recentes – no âmbito dos estudos organizacionais – as preocupações concernentes ao uso e formulação de conceitos. Já são clássicas as críticas de Guerreiro Ramos (1981) e Whetten et al (2009) sobre o uso inapropriado de conceitos provenientes de outras áreas do conhecimento, e a tentativa de Whetten (1989) de estabelecer parâmetros acerca do que seja um bom uso e elaboração conceitual.

Nesse interim, destacam-se também os trabalhos de: Matitz e Vizeu (2012) que demonstraram, a partir da perspectiva histórico-social dos conceitos de Koselleck, como o conceito de organização vem sendo elaborado; Moura (2014), que empreendeu uma análise semântica embasada na obra de Benveniste sobre os conceitos *hipergeneralizados* de organização presentes nos principais livros didáticos de Administração; e Moura *et al.* (2020), que discutiram construções teórico-conceituais nos livros acadêmicos de Administração a partir da filosofia da linguagem de Wittgenstein e Austin.

Inferese então como os pesquisadores da área têm recorrido a formulações provenientes de outras disciplinas para problematizar questões conceituais. Portanto, é pertinente que se estabeleça debate com a Filosofia – o campo conceitual matriz por definição – procurando discutir questões epistêmicas e ontológicas (Mir *et al.*, 2016; Mir & Greenwood, 2022).

O presente texto se insere nesse âmbito, discutindo filosoficamente o campo conceitual *identidade organizacional* (doravante denominado I.O.). Enunciado em 1985 por Stuart Albert e David Whetten, o conceito ensejou uma infinidade de debates, fóruns e obras coletivas que discutiam seus fundamentos – o que é central, distintivo e duradouro em uma organização – e os possíveis alcances e desdobramentos de sua utilização teórico-empírica (Whetten & Godfrey, 1998; Pratt *et al.*, 2016).

Entende-se que estabelecer questões identitárias é inquirir sobre a constituição, o ser dos entes, ou seja, investiga-se o fundamento ôntico-ontológico da experiência humana (Abbagnano, 2007). Por sua vez, o conceito de organização consolidou-se historicamente como ente principal de investigação na Administração e estudos organizacionais (França Filho, 2004; Matitz & Vizeu, 2012). De tal forma que a junção dos dois conceitos tanto auxilia, como recurso teórico, quanto complexifica o entendimento ontoepistêmico da área, haja vista as origens teóricas dos mesmos e os desdobramentos de sua conexão. Examinar tais desenvolvimentos, seus limites e apontar possíveis avanços justifica a presente investigação.

Portanto, este texto investiga a *historicidade* do conceito identidade organizacional. De que forma isso se sucede? Ao invés de perpetrar uma revisão de literatura tradicional, elaborase o que se nomeia aqui de *metodologia hermenêutica para crítica de conceitos*. A hermenêutica em questão é a de Paul Ricœur, a partir do que ele denomina dialética explicar-compreender, emulada a partir da obra de Dilthey, que dividiu a atitude epistemológica entre a explicação (*Erklärung*), própria das ciências naturais, e a compreensão (*Verstand*), própria das ciências sociais/ humanas. Para Ricœur (1999a; 2002), a dicotomia não se aplica ao *texto* – todo discurso fixado pela escrita – disposto como

ente das ciências sociais. Essa definição aparentemente simples de texto escancara uma abertura ao papel da leitura e, por conseguinte, ao do leitor, trazendo assim a dimensão interpretativa à discussão. A hermenêutica, portanto, tem dupla contribuição neste texto: como metodologia crítica do conceito, e como substrato ontoepistêmico que avança os limites da identidade organizacional.

E quais são tais limites? Em primeiro lugar, um estudo acurado do texto original permite duas observações: a ausência de embasamento filosófico – posto que o conceito de identidade possui longa tradição discursiva na metafísica ocidental – em favor de certa tradição da psicologia estadunidense do século XX; e ausência de justificativa acerca da escolha dos critérios de centralidade, distintividade e durabilidade.

Em segundo lugar, ao se observar as três características forjadoras da I.O. – centralidade, distintividade e durabilidade – a última é a que enseja mais dificuldades, em virtude de sua constituição temporal. Com efeito, o tempo – dado seu cariz aporético e fugidio (Gagnebin, 1997; Blanc, 1999; Ricœur, 2010a; 2010b) - é o elemento mais desafiador de ser apreendido em estudos de I.O. (Pratt, 2012; Schultz, 2016; Hemes & Schultz, 2017; Brown, 2020).

As abordagens correntes, ao manterem os postulados tradicionais da I.O. acriticamente, tendem a lidar com a temporalidade de maneira tradicional, uma concepção linear e contábil do tempo (Reinecke & Ansari, 2017; Hussenot *et al.*, 2020). A hermenêutica critica essa noção e propõe uma acepção circular, espiralada e gradativa do tempo, pois este deixa de ser mais uma categoria da realidade para ser alçado à fundamento e horizonte de sentido de compreensão do Ser (Blanc, 1999; Heidegger, 2015; Ricœur, 2010b).

Assim, em um primeiro momento analítico, retomam-se as origens etimológico-filosóficas dos léxicos do conceito I.O., *identidade* e *organização*. Esse é o momento explicativo da investigação. Posteriormente, apresenta-se e discute-se o conceito *identidade organizacional*, esmiuçando o texto original e obras que trouxessem contribuições e discussões teóricas nos âmbitos epistemológicos e ontológicos (Alvesson & Robertson, 2016; Cornelissen, 2002a; 2002b; Gioia & Patvardhan, 2012; Gioia & Hamilton, 2016; Schultz, 2016; Hemes & Schultz, 2017; Pratt, 2003; 2012), e estudos empíricos que discutissem a relação conceitual da I.O. com a questão da temporalidade (Anteby & Mólнар, 2012; Schultz & Hernes, 2013). Esse é o momento compreensivo da investigação, em que a abertura do texto se estende ante sua comunidade discursiva de pesquisa (Berkenkotter *et al.*, 1994).

No âmbito ontológico, limites são estabelecidos a partir dos conceitos de *ontologia* e *tempo*, e o imbricamento de ambos, especialmente a partir da obra de Heidegger. Mais uma vez, recorrendo à hermenêutica ricœuriana, tais limitações são problematizadas a partir de seu conceito *identidade narrativa* (Ricœur, 1991; 2000; 2010b). Tal perspectiva hermenêutica é importante por escapar à concepção contábil e linear do tempo. Assim, espera-se contribuir ao campo, no sentido de prover uma analítica conceitual, teórico-metodológica e ontoepistêmica.

Embora a hermenêutica filosófica tenha amplo lastro no pensamento ocidental (Vattimo, 1999), sua presença na administração e estudos organizacionais ainda é incipiente (Pavão *et al.*, 2011; Barrett *et al.* Pearce, 2011; Myers, 2016). Assim, intenta-se, com esse trabalho, contribuir para maior inserção da hermenêutica na área.

O presente texto estrutura-se em seis partes, contada esta introdução: a segunda seção apresenta a hermenêutica como a metodologia adotada para a crítica do conceito (I.O.) enquanto

texto; o terceiro tópico é o momento epistemológico desse entendimento, dividido entre as fases explicativa e compreensiva; na quarta parte, ocorre a fase ontológica da crítica, também com etapas explicativa e compreensiva, como resposta aos limites encontrados na seção anterior. A quinta parte traz as discussões resultantes da analítica anterior, propondo uma *identidade organizacional narrativa*, e a seção de desfecho resume a presente empresa, conquanto aponta seus limites e possibilidades futuras.

O conceito como texto: a hermenêutica como metodologia para a crítica do conceito

Um conceito é operado por meio de signos linguísticos, acessíveis mediante sua escrita. Dessa forma, o registro e inscrição de um conceito no âmbito da escritura o qualifica como *texto*. Ainda que de curta extensão, como no caso do conceito identidade organizacional, todo texto é suscetível de confusão de sentido. Isso decorre de *seu* caráter plurivocal. A etimologia da palavra denota isso. Com origem no latim *texo*, *texui*, *textum*, *texere* – que significa tecer. Uma textura forjada por entrelaçamentos e composições, que implica uma coisa relacionada à outra. Um texto contém diferenças, dobras, conjuntos, divisões. Uma interpretação é uma espécie de desdobramento do texto, sua extensão até o horizonte do leitor (Josgrillberg, 2017).

O somatório desse conflito interpretativo, com a distância existente entre texto e leitor, é o espaço no qual se erige a hermenêutica. Aqui, introduz-se a mesma, inserindo-a como metodologia de análise crítica do conceito. Sendo a hermenêutica dotada de longa tradição dentro da história da filosofia, apresenta-se seu itinerário. De fato, existem muitas hermenêuticas. Vattimo (1999) afirma que toda a filosofia ocidental após a 2ª guerra mundial é, de algum modo, hermenêutica.

Essa hermenêutica contemporânea vai além de sua versão moderna, cujo precursor e maior expoente foi Schleiermacher. Sua grande contribuição foi buscar uma unicidade das regras, ou seja, uma universalização do procedimento interpretativo, em seu aspecto técnico, que fosse adequada à compreensão de todo e qualquer texto (Grondin, 1999; Schmidt, 2011).

Na transição dessas duas hermenêuticas, o nome destacado é Dilthey que procurou avançar na constituição da hermenêutica como método válido das incipientes ciências humanas. Articulando preocupações epistemológicas de uma crítica à razão histórica, com o entendimento de que a interpretação do mundo físico dependia da compreensão deste pelo mundo psíquico, Dilthey elaborou assim a distinção epistêmico-metodológica entre a explicação (*Erklärung*), própria das ciências naturais, e a compreensão (*Verstand*), própria das ciências do espírito (sociais, humanas etc.) (Grondin, 1999; Schmidt, 2011).

Posteriormente, destaca-se a obra de Heidegger. O filósofo alemão representa um ponto de inflexão na filosofia contemporânea (Vattimo, 1999). Operando uma articulação entre fenomenologia e hermenêutica, Heidegger empreende em sua obra *Ser & Tempo*, uma retomada da metafísica, a partir da questão fundamental do sentido do ser, cuja 'resposta' seria o tempo. Na filosofia heideggeriana, a hermenêutica não é uma técnica universal de interpretação textual, tampouco uma metodologia de compreensão das ciências humanas, mas estabelece-se ontologicamente como *compreensão*, um dos modos de ser do *Dasein*, expressão alemã que pode ser traduzida como 'ser-aí', da qual Heidegger faz uso para se referir ao ser fático, cujo horizonte de

sentido é a temporalidade (Heidegger, 2015).

A partir da articulação dessas diversas hermenêuticas, Paul Ricœur desenvolve uma hermenêutica de mediação, que busca arbitrar o conflito das diversas interpretações que se apresentam. Para Ricœur (2011, p. 106), “a hermenêutica não é uma antiepistemologia, mas uma reflexão sobre as condições não epistemológicas da epistemologia”. Ou seja, a hermenêutica lida com todo o invólucro existencial que possibilita o conhecimento, a partir de suas múltiplas categorias elaboradas no escopo linguístico: ética, história, política etc.

Ricœur (2011; 2013) entende a compreensão tanto como *episteme*, modo de conhecimento, em consonância com Dilthey, quanto modo de ser do Ser-no-mundo, ontologicamente, a partir de Heidegger. Essas perspectivas se complementam, e com a atitude de se colocar o *texto* como questão central das ciências sociais, tais posições colocam a hermenêutica como árbitro entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Ricœur (2002; 2011) define o texto como todo discurso fixado pela escrita. Seu conceito de discurso corresponde à atividade sintética (ato de acrescentar representações diferentes e perceber a diversidade do conhecimento) na qual se enxertam diferentes modalidades de inovação semântica; alguém diz alguma coisa sobre algo segundo regras comuns a outrem.

Na hermenêutica ricœuriana, explicação e compreensão não são dois métodos diferenciados. A compreensão é um momento não metodológico caracterizado por uma apreensão intuitiva do que é abordado no campo em estudo, a partir da atitude comprometida do ser que conhece, que se articula com o momento metodológico da explicação, definido pela ênfase da análise da situação particular a regras, leis ou estruturas, e o distanciamento do ente estudado em relação a um ser não implicado. A compreensão forja e, portanto, envolve a explicação, enquanto esta desenvolve analiticamente a compreensão (Ricœur, 2002; 2011).

Em suma, na dialética compreender-explicar, a primeira proporciona o fundamento, ou seja, o conhecimento mediante os signos do psiquismo alheio, aberto, exterior ao texto, enquanto a segunda aporta o grau de objetivação, graças à fixação e à conservação que a escrita confere aos signos.

À dialética compreender-explicar desdobra-se outra dialética na hermenêutica ricœuriana: a do sentido-referência, que seria, por assim dizer, o resultado das duas dimensões do processo de conhecimento do texto. Essa nova dialética é fundamental para se entender a noção ricœuriana de *mundo do texto*, que auxilia a delinear a metodologia hermenêutica de entendimento textual. O sentido decorrente do processo explicativo é interior ao texto e apresenta uma correlação entre as funções de identificação e predicativa, presentes em suas estruturas semânticas. A referência originária da compreensão aponta para seu exterior e conecta o sentido resultante da estrutura linguística do texto ao seu mundo. Portanto, se o mundo do texto de uma obra literária se constitui a partir de um referente que rompe com a realidade do cotidiano, abrindo novas possibilidades de ser-no-mundo, um texto científico faz o seu sentido inversamente, tendo na realidade o seu referente, que exprime a plena exteriorização do discurso. Em um texto científico, as referências são comuns, pois os tópicos debatidos estão inseridos dentro de uma mesma comunidade acadêmica discursiva. Isso permite o confronto de ideias e o embate de posições epistêmicas divergentes.

Em que pese a analítica hermenêutica ricœuriana esteja, a priori, voltada para obras

literárias, sua metodologia não é inviável para textos científicos, considerando-se que, embora as referências do(s) autor(es) e do(s) leitor(es) possam ser as mesmas, os mundos do *texto* e do *leitor* são sempre diferentes. Portanto, para apreender um conceito como texto a partir de uma perspectiva hermenêutica, é preciso entender que “um texto pertence a uma cadeia de palavras, pela qual se constitui uma comunidade de cultura e mediante a qual esta comunidade se reinterpreta a si mesma narrativamente” (Ricœur, 2002, p. 155).

Assim, estabelece-se a *metodologia hermenêutica para crítica de conceitos* (M.H.C.C.) da seguinte forma: em um primeiro momento, epistemológico, intenta-se *explicar* o conceito I.O. a partir de análise etimológico-filosófica das palavras *identidade* e *organização*. Tal escolha se justifica pelo entendimento da etimologia como um ramo da linguística que se preocupa com a dimensão temporal dos processos de constituição das palavras (Durkin, 2009).

No segundo momento epistemológico, busca-se *compreender* o conceito I.O., apoiado em um movimento dialógico com a comunidade acadêmica discursiva de pesquisa que estuda o conceito. Tal diálogo desvela o mundo do texto, a partir das ordens de sentido que o inferem.

Por fim, o terceiro e quarto momento constituem o momento ontológico da investigação. A hermenêutica ricœuriana constitui-se pelas dimensões epistemológica e ontológica (Ricœur, 1999a; 2002). As categorias analítico-ontológicas da hermenêutica ricœuriana são a teoria da ação (dimensão ética), a teoria do texto (dimensão linguística) e a teoria da história (dimensão temporal) (Ricœur, 2002; 2011). Nessas etapas, os limites do conceito I.O. são revelados a partir da sua dificuldade de lida com tais dimensões, especialmente a temporal (Pratt, 2012; Schultz, 2016; Hemes & Schultz, 2017; Brown, 2020), fundamento ontológico da existência. Apresenta-se o conceito *identidade narrativa* (Ricœur, 1991; 2000; 2010b) como cabedal teórico para enfrentar tais limitações.

A tabela abaixo sintetiza a metodologia hermenêutica para crítica de conceitos (M.H.C.C.).

Tabela 1

Metodologia Hermenêutica para crítica de conceitos (M.H.C.C)

Metodologia Hermenêutica para crítica de conceitos (M.H.C.C)		
Etapas do conhecimento Hermenêutico	Dimensões do conhecimento	
	Epistemologia	Ontologia
Explicação	Análise Etimológico-Filosófica dos léxicos identidade e organização	Conceitos de ontologia e tempo e sua relação com a I.O.
Compreensão	Dialética Mundo do texto (comunidade acadêmica de pesquisa) x Mundo do leitor (pesquisador(e/a)(s) no entendimento da I.O.	Conceito de identidade narrativa como ferramenta teórico-metodológica para lidar com os limites da I.O.

Fonte: Elaborado pela autoria.

Crítica hermenêutica: dimensão epistemológica

Análise explicativa – etimológico-filosófica

A palavra "etimologia" vem de duas vozes gregas: *Vrvgoí* (étymos), verdade, e *Xoyo?* (logos), palavra. Nominalmente, então, a palavra "etimologia" significa estudo do verdadeiro significado das palavras. No âmbito científico, a etimologia é o ramo da linguística que estuda a origem, estrutura, evolução e significado das palavras, sendo assim de grande valia na formulação de conceitos e definições (Becerra *et al.*, 2004).

A Etimologia estuda as raízes de formação das palavras e, nesse itinerário, se detém em estabelecer as mudanças semânticas, fonológicas, sintáticas, ocorridas ao longo do tempo, auxiliando no entendimento das transformações lexicais em geral (Cruz, 2016). A pesquisa do sistema de criação lexical do português se consolida e fundamenta a partir da interrelação entre momentos sincrônicos e informações históricas. Assim, o fluxo temporal é fundamental para o entendimento do sistema lexical, que se erige em paradigmas na formação de vocábulos (Simões, 2009).

Análise etimológico-filosófica do conceito “identidade”

No que tange à constituição de léxicos, é feita referência às unidades significativas que integram a estrutura interna de uma palavra, tais como radicais, afixos, sufixos etc. No caso da palavra identidade, as gramáticas apontam que o sufixo *-dade* na língua portuguesa tem o significado genérico de “propriedade / qualidade” e “conjunto”, e que sua função morfológica é formar substantivos a partir de adjetivos (Simões, 2009). Assim, a origem etimológica da palavra identidade é:

Identidade (1696) = latim clássico *identitas*. O advérbio do latim clássico *identidem* (“de novo”, “repetidamente”) teria aberto o caminho formal para este substantivo. O francês *identité* (1370) possui o significado de “idem”, “o mesmo”. O italiano *identicità* é de 1385, o inglês *identity* de 1570 e o espanhol *identidad* de 1614. Em latim, o substantivo, portanto, não é deadjetival, mas sim deadverbial. (Simões, 2009, p. 121)

A sustentação da origem de *identidade* proveniente do advérbio *identidem* também está presente no dicionário de Onions (1982, p. 459), porém o autor sustenta a associação *a posteriori* do advérbio com a junção originária do latim *idem* com a palavra *entitas*, sendo a definição apresentada para identidade a “qualidade de ser o mesmo”.

Em termos filosóficos, Abbagnano (2007) sustenta que o conceito de identidade apresenta três definições fundamentais: como unidade de substância; como possibilidade de substituição; como convenção.

A primeira definição é proveniente de Aristóteles, que remete a ideia de unicidade, em que as coisas só são idênticas se é idêntica a definição da substância delas. A segunda definição é proposta por Leibniz fundamentado na noção de igualdade, em que as coisas são idênticas se podem

substituir uma à outra. A última concepção, mais ajustada às exigências do pensamento lógico-filosófico, sustenta que é impossível estabelecer definitivamente o significado da identidade ou critério para reconhecê-la, mas, dentro de determinado sistema linguístico, é possível determinar esse critério de forma convencional (Abbagnano, 2007, p. 528-529).

Em síntese, fica a ideia de que a palavra identidade se associa às noções de discernimento, reconhecimento e identificação, que, em tese, deveriam ser pensadas a partir da noção de alteridade entre um “eu” *self* (o idem), e o seu outro.

Análise etimológico-filosófica do conceito “organização”

Os estudos sobre o conceito - verbete *organização* tem mais alcance na área de administração do que o de identidade pelo fato de ter se consolidado historicamente como objeto de estudo da disciplina (França Filho, 2004; Matitz & Vizeu, 2012). Mas é digno de nota que a palavra *organização* não se faça presente em muitos dos dicionários consultados. É o caso, por exemplo, do *Dicionário de filosofia* (Abbagnano, 2007). Já em outros, ela aparece como derivação de outros termos, como *órgão* e/ou *organizar*.

Organização s.f. disposição, contextura e nexos dos órgãos do corpo animal ou vegetal; fig. Norma, systema regular, v.g. – do governo, do exército.

Organizar ou organizar – v.a. (órgão, em latim *organum* nome genérico de instrumentos músicos e outros, des. isar ou izar) formar ou dispor convenientemente os membros ou órgãos dos animais e vegetais. (...) fig. Dar forma, regular ou instituir (Constâncio, 1836, p. 732).

É unanimidade nos dicionários que as raízes da palavra se vinculam ao léxico *Órgão*, proveniente do latim *organum*, derivado do grego *organón*. Se este é definido tão somente como o nome dado pelos mecenas gregos ao conjunto de obras lógicas de Aristóteles, a definição de *órgão* é mais abrangente:

Órgão (gr. ὄργανον, lat. *Organum*; in. *Organ-*, fr. *Organe*, ai. *Organ*: it. *Organo*). No sentido específico da biologia, da qual o termo passou à filosofia, o *Órgão*. foi definido por Aristóteles com base na função por ele desempenhada e por analogia com o inorgânico: "Todo instrumento e cada parte do corpo tem um fim próprio, uma ação específica. (...) Assim como a serra é feita para serrar e não o contrário, de tal modo que serrar é sua função específica, também o corpo é feito para a alma e cada parte do corpo tem por natureza sua própria função" (...). Este conceito permaneceu constante em biologia, filosofia e todos os outros campos em que é empregado (Abbagnano, 2007, p. 735).

Ou seja, para além da ideia de ordem, o conceito de *organização* traz em seu cerne etimológico a noção de *instrumentalidade*. Há uma funcionalidade tácita nas origens da palavra. A ideia de instrumentalidade se aproxima, portanto, do imperativo de ação presente com a adição do sufixo *-ção*, formação de palavra por derivação cujo conteúdo correspondente consiste na ideia de

ação, processo (Matitz & Vizeu, 2012). Já o verbo organizar advém do francês *organiser* do século XVI, do qual se derivou o termo organização no século XVII, cujo significado é “estabelecer as bases”, denota assim o sentido de estabelecimento de regras, princípios etc. (Cunha, 2010).

A raiz etimológica de *órgão* é ainda análoga a outra palavra muito influente na formação de organização, que é a palavra *organismo* (Marques, 1764; Onions, 1982). Assim como a primeira, originária do campo da biologia, à ideia de organismo são atribuídas funções de aspecto biológico, como reprodução, crescimento, entre outras, sendo utilizada em diversas ciências com o intuito de elucidar processos inerentes ao desenvolvimento. Organismo demanda a noção de uma totalidade que se compõe de partes integradas com um propósito comum (Matitz & Vizeu, 2012).

Se não há definição conceitual de organização em dicionários etimológicos ou filosóficos, alguns dicionários de sociologia a possuem, o que confirma a transposição do conceito da área de ciências naturais para a área de ciências sociais. Utilizam-se dois aqui: o *Dicionário crítico de sociologia* (Boudon & Bourricaud, 1993), e o *Dicionário de sociologia* (Johnson, 1997).

No primeiro, os autores partem da dicotomia cooperação x hierarquia para caracterizar a organização. Isso aponta para uma análise pautada na teoria weberiana da burocracia. Ao longo do verbete, apresentam distinções consagradas na literatura, definindo organização a partir de suas diferenças para outros conceitos sociológicos, como associação e sociedade.

É também pela via da diferenciação que classificam a organização em seus três modelos clássicos: burocrática, econômica e “o que os americanos chamam de *non profit organizations*” (Boudon & Bourricaud, 1993, p. 409). Aqui entra o aspecto geopolítico do dicionário, pois infere-se certo estranhamento à terceira categoria, as organizações sem fins lucrativos, inserindo-se certa crítica a tal tipologia – considerando que os Estados Unidos são a referência primária da teoria organizacional hegemônica no mundo – e os autores do dicionário são franceses. Embora essa tipologia tripartite tenha valor heurístico para fins didáticos, já há algum tempo as fronteiras e limites entre tais classificações estão indefinidas, dada a complexidade das dinâmicas sociopolíticas e econômicas que caracterizam o capitalismo do século XXI.

Essa complexidade aparece em alguns momentos da discussão do conceito – verbete, mas precisa ser contextualizada historicamente, considerando a data da publicação original (1983), no bojo das transformações resumidas no que se nomeou *globalização*. Por exemplo, no impacto das tecnologias de informação e comunicação, que levou a expressões apresentadas entre os anos 1990 e 2000, hoje alguns termos já transparecem certa obsolescência, tais como “sociedade/organizações em rede”.

De toda sorte, a *explicação* apresentada pelos autores tem sua validade histórica, pois sintetiza os principais aspectos que expressam o conceito de organização desenvolvido na teoria organizacional e ensinado nas escolas de administração do século XX. Ao longo do texto, estão lá apresentadas dimensões bem conhecidas inerentes ao conceito na matriz weberiana (estrutura, sistema aberto, racionalização, recursos, tomada de decisão etc.).

Johnson (1997, p. 287), por sua vez, direciona o verbete organização para outras duas expressões, *ordem social* e *organização formal*. Na primeira, apresenta três sentidos para a sentença: o primeiro de *coesão social*, “através da qual sistemas são mantidos integrados”, em que o próprio autor assume o viés funcionalista do sentido; na segunda tem o sentido de *controle social*, em que “indivíduos obedecem a normas e sustentem valores”; e terceiramente, como *organização*

social, “os padrões previsíveis de comportamento que caracterizam a vida nos próprios sistemas”. Por fim, descreve “se combinássemos todos esses significados, poderíamos dizer que todo sistema social é uma ordem social que inclui algum grau de ordem social que é mantida através da ordem social”.

Já em *organização formal*, o autor apresenta a seguinte definição: “um sistema social estruturado em torno de metas específicas e que, em geral, consiste em vários grupos ou subsistemas inter-relacionados. É dirigida de acordo com normas estabelecidas de forma clara e rigidamente impostas”, citando como exemplos destas: igreja católica, sistemas judiciários, reitorias de universidade e as forças militares.

Se o uso da expressão “sistema social” evoca as raízes funcionalistas da sociologia, na sequência do verbete o autor destrincha a burocracia como modelo de organização formal, citando as já conhecidas características da tipologia burocrática weberiana (divisão do trabalho, hierarquia, controle) fazendo, ao final da exposição, rápida menção à presença de *relações informais* na organização formal.

Em síntese, o que fica dessa análise explicativa a partir da etimologia das palavras *identidade* e *organização* é o grau de complexidade de tais conceitos, o que aponta para seus respectivos desenvolvimentos epistemológicos, no intuito de uso ontológico, classificando e nomeando entes. Isso pensando-se em seus usos indistintos. Agora, o que aconteceria se ambos os conceitos fossem utilizados conjuntamente? É o que se inquirirá na próxima seção.

Análise compreensiva – O conceito identidade organizacional

Na primeira página do *The Oxford Handbook of Organizational Identity*, Pratt et al (2016, p.1) indagam: “o que acontece quando você dispõe de um dos conceitos mais fundamentais nas ciências sociais e aplica-o a uma das mais ubíquas formas de coletividades humanas?”

Entre 1985, ano em que Albert e Whetten enunciaram o conceito *Identidade organizacional*, e 2016, ano que a pergunta acima foi proferida, decorreram-se 31 anos, tempo que deveria ser considerado suficiente para um mínimo de consenso acerca do conceito. Mas o que ocorre é o contrário: quanto mais é debatido, mais o conceito transparece inconsistência, gerando certo desconforto e mal-estar entre acadêmicos (Corley *et al.*, 2006; Beyda & Macedo-Soares, 2010; Alvesson & Robertson, 2016). A pergunta a ser feita então é: por que isso ocorre? Ou em termos hermenêuticos: qual é o *sentido* de tal constatação?

Antes de tentar responder a essa questão, é necessário compreender as origens e fundamentos originais do conceito. Portanto, esmiuça-se agora o texto de Albert e Whetten (1985), a partir de sua republicação na coletânea sobre a I.O. feita por Hatch e Schultz (2004). O texto foi mantido na íntegra. Logo em seu início, os autores apontam seu objetivo central: “definir e desenvolver o conceito de identidade dentro de um ambiente organizacional, para considerar que o termo identidade organizacional possa significar que é claro, distinto, importante, útil e mensurável” (p. 89). Ou seja, logo na introdução, evidencia-se o utilitarismo conceitual.

Seguem os autores: “Nossa tarefa é construir; sobre esta literatura, fazer do termo ‘identidade organizacional’ cientificamente tratável. Especificamente, nosso objetivo é desarmar, analisar, ilustrar a identidade de tal forma que múltiplas questões empíricas e hipóteses tornam-se

visíveis” (idem). A preocupação com a empiria e o linguajar positivamente científico são a tônica do texto.

Albert e Whetten asseveram que, enquanto conceito, a I.O. tem dois usos: um científico, “empregado por cientistas para definir e caracterizar certos aspectos das organizações”, e como uma questão autorreflexiva, em que as organizações utilizam o conceito para estabelecer suas próprias definições sobre si mesmas. É um conceito relacional, pois serve tanto academicamente, quanto para o *corpus* não acadêmico (sociedade, mercado, stakeholders etc.).

Na sequência, apresentam os três critérios que definem a identidade. Os critérios são explanados como se fossem respostas à pergunta que a organização fizesse a si mesma: “quem somos nós?”:

1. A primeira resposta aponta para características que são vistas de alguma forma como a essência da organização: o critério de *caráter central* é reivindicado;

2. A segunda mostra as qualidades que distinguem a organização de outras com as quais ela pode ser comparada: o critério de *distinção* é reivindicado;

3. A terceira indica aspectos que exibem algum grau de similitude ou continuidade ao longo do tempo: o critério de *continuidade temporal* é reivindicado.

Cada um desses critérios pode fomentar uma agenda de pesquisa em estudos de I.O. Para prover tal suporte, eles promovem uma discussão e as implicações de cada um dos três critérios.

A ideia de centralidade é proposta no tocante a uma suposta essência organizacional, que seria o elemento de distinção de uma organização em relação às outras. Tal noção, portanto, conecta-se ao signo *caráter*, remetendo a definições clássicas da filosofia, como substância.

Em decorrência do critério de centralidade sucede-se a distintividade. É distinto aquilo que é diferente. Logo, os autores vão advogar pela necessidade de *identificação*. Tal questão terá amplo escopo de discussão nos anos seguintes, problematizando o processo de identificação como fator contundente na relação entre indivíduo e organização. A identificação é um dos subconceitos que se desdobram da I.O. (Pratt, 1998).

Assim, os autores vão defender como tipologia um modelo organizacional híbrido, definido como “uma organização cuja identidade é composta de dois ou mais tipos que normalmente não seriam esperados para estarem juntos” (p. 95).

Essa dualidade vai ser classificada de duas formas: uma em que cada unidade dentro da organização exibe as identidades da organização e uma em que cada unidade interna exibe apenas uma identidade - as múltiplas identidades da organização sendo representadas por diferentes unidades. O primeiro é denominado de forma *holográfica*. O segundo é a forma *ideográfica* ou *especializada*. Essas duas formas de estrutura interna originam tipos muito diferentes de organizações (p. 96, grifos dos autores).

Em seguida, problematizam o terceiro critério de identidade, a durabilidade. Essa temporalidade é trabalhada a partir da perspectiva do ciclo de vida organizacional, que contém as seguintes etapas:

- Criação (início da organização);

- A perda de um elemento de sustentação da identidade;
- O cumprimento de uma razão de ser da organização. (missão central);
- Crescimento muito rápido;
- Mudança no status coletivo;
- Readequação financeiro-orçamentária.

Sequencialmente, enveredam por uma discussão sobre os caminhos possíveis de mudança ou ausência de identidade, a partir do que chamam de dimensões normativa e utilitária. Tais dimensões não são conceituadas e explicadas nesse momento do texto, somente na segunda parte. Essas dimensões se entrecruzam em um gráfico cartesiano, sendo que no eixo x (horizontal) se encontram os eventos do ciclo de vida organizacional (nascimento, crescimento, maturidade e readequação/reordenamento).

Além disso, traçam uma faixa meridional no eixo horizontal para delimitar o grau de hibridismo da I.O em relação aos seus ciclos de vida, retomando assim o aspecto da distinção supramencionado. Do encontro entre as etapas dos ciclos de vida com as dimensões da I.O. (normativa, dual e utilitária) são traçados os caminhos possíveis nos quais a identidade e suas gradações de mudança se desenvolvem ao longo do tempo.

A partir do entrecruzamento dos eixos, são formulados caminhos, que representam os processos e seus respectivos estágios das gradações de mudança e estabelecimento das identidades:

- O caminho 1 ilustra uma organização que mantém sua identidade ao longo de seu ciclo de vida;
- Os Caminhos 2 e 3 retratam uma organização mudando sua identidade ao longo de seu ciclo de vida, mas consistentemente retendo uma única identidade (normativa seguida de utilitária). No Caminho 2 essa mudança é permanente, enquanto no Caminho 3 a organização reverte de volta às suas raízes ideológicas anteriores após um breve período de tentativa de uma nova identidade;
- O Caminho 4 ilustra uma tendência incremental e de longo prazo em direção à identidade dupla;
- O Caminho 5 ilustra a hipótese de que a escassez motiva a aquisição de identidade dupla.

Na segunda parte do texto, os autores fazem uma discussão epistêmica. Alegam que existem duas abordagens bem definidas para o estabelecimento de critérios e mensurações de pesquisa em organizações. Uma indutiva, relativa ao que chamam de abordagem antropológica, e uma dedutiva, associada à abordagem econômica.

Em sequência argumentam por um caminho metodológico intermediário, apresentando assim a *análise metafórica estendida*, definida como um “método para definir e caracterizar uma organização em termos de outra” (p. 105). Ou seja, é um método comparativo que busca apurar o entendimento da(s) identidades(s) de uma organização a partir do que lhe subjaz.

As metáforas utilizadas no caso são a da igreja e de uma empresa comercial, que representam os limites da dualidade identitária, utilitária e normativa. O exemplo que é utilizado é o da universidade, tipo de organização que reúne o dualismo hibridista que congrega as duas

perspectivas conclamadas.

Ao explicar as origens da perspectiva dualista, normativa e utilitária, embora façam menção a Amitai Etzioni e L.L. Cummings, é em Talcott Parsons¹ que os autores se apoiam de fato. Citando-o, definem organização utilitária como aquela que tem por orientação o direcionamento ao mercado. Já a organização normativa é aquela que se caracteriza pela manutenção de padrões, especialmente culturais e educacionais. São citados como exemplos de organizações normativas universidades, hospitais e organizações religiosas.

Nas considerações finais do texto, Albert e Whetten destacam três aspectos acerca das discussões implicadas:

1. A importância da pergunta: "Que tipo de organização é esta?", reforçando a tríade de critérios discutidos. A literatura sobre o tema até então era pouco esclarecedora no tocante aos critérios utilizados. Não há resposta única, pois as organizações podem prover múltiplas respostas para as questões que se colocam;

2. A colocação de um novo quadro teórico-conceitual para guiar as investigações em identidade organizacional, realçando seu aspecto distinto e dinâmico em relação a outras abordagens;

3. Uma crítica à suposição de identidade como algo monolítico, uno. Corroborar-se uma concepção de identidade como algo duplo e suas implicações para a gestão e as organizações.

Os autores encerram dizendo que o texto "deve ser lido como uma formulação inicial da identidade da identidade organizacional na qual propusemos um conjunto de ideias, perguntas empíricas e hipóteses de que juntos podem ser considerados núcleo, distinto e duradouro. O que a literatura de identidade oferece não é um único conceito ou teoria, mas um conjunto diversificado de ideias, modos de análise, perguntas e proposições" (p. 116).

Ao se concluir a análise do texto, retoma-se a questão acerca da inconsistência conceitual da I.O. Para investigar esse problema, é necessário analisar os textos que ao longo do tempo se dedicaram a perquirir o conceito. Na impossibilidade de analisar todos os trabalhos acerca da I.O. – são inúmeros e em constante e gradativo crescimento (Pratt *et al.*, 2016; Resende *et al.*, 2019; Brown, 2020) – recorre-se a textos que discutiram o conceito nas dimensões epistêmica e ontológica, na conformidade da abordagem hermenêutica proposta (Ricœur, 1999a; 2002), ou que empiricamente contribuíram para o exame da temporalidade articulado à I.O. A tabela abaixo elenca tais textos com a respectiva tipologia da discussão que cada um propõe.

Tabela 2

Textos analisados e a natureza de Contribuição/Discussão:

Autores/Ano	Contribuição/Discussão
Albert (1998)	Epistemológica
Alvesson & Robertson (2016)	Ontoepistêmica
Anteby & Molnár (2012)	Teórico-empírica
Caldas & Wood (1999a;1999b)	Epistemológica; Teórico-empírica
Corley et al (2006)	Ontoepistêmica
Cornelissen (2002a; 2002b)	Ontoepistêmica
Gioia & Patvardhan (2012)	Ontoepistêmica
Gioia & Hamilton (2016)	Ontoepistêmica
Hemes & Schultz (2017)	Epistemológica
Pratt (1998)	Epistemológica
Pratt (2003)	Ontoepistêmica
Pratt (2012).	Epistemológica
Schultz & Hernes (2013)	Teórico-empírica
Schultz (2016)	Ontoepistêmica
Whetten (2006)	Ontoepistêmica

Fonte: Elaborado pela autoria.

Alguns textos se dedicaram a mapear as abordagens epistemológicas e ontológicas da I.O. Gioia & Hamilton (2016) apresentam três perspectivas epistemológicas: a primeira é a do ator social, em que a I.O. é uma propriedade de uma organização, a quem a sociedade concedeu direitos e poderes legais semelhantes aos desfrutados pelos indivíduos, sendo reconhecido pela forma como são percebidos e interpretados por outros atores; a segunda é a da construção social, um conceito autorreferencial definido pelos membros de uma organização para explicar quem eles são como organização para si mesmos, bem como para os stakeholders; e, por fim, a perspectiva institucional, em que a I.O. ainda é definida internamente, mas como as organizações estão inseridas em contextos sociais amplos, termina por ser influenciada por forças externas. No âmbito ontológico, os autores recaem na dicotomia entre a perspectiva essencialista, que concebe a identidade como uma entidade que se define pelo seu grau de estabilidade e pela descrição de alguns atributos, e a perspectiva processual, em que a identidade é um dinâmico e fluido contínuo.

A abordagem processual vem contribuindo para uma acepção mais dinâmica e menos definitiva das questões organizacionais (Schultz *et al.*, 2012; Langley & Tsoukas, 2017). Estabelecer uma relação entre essas duas abordagens perpassa pelo entendimento de ambas. Pode-se dizer que “a postura da organização como entidade, mais obviamente, concentra-se na narração da sequência de eventos de mudança observáveis nas organizações. Por outro lado, a postura da organização

como processo concentra-se em narrar a construção social de tal atividade” (Gioia & Patvardhan, 2012, p. 57).

E o que isso quer dizer exatamente? Significa que a ontologia tradicional, essencialista, aproxima-se e demanda uma epistemologia-metodologia *explicativa*, preocupada em apresentar os aspectos estruturantes da vida social. Por sua vez, a ontologia do processo apreende as elaborações subjacentes a tais constituintes, o que exige uma postura epistêmica *compreensiva*.

A crítica provida pelas teorias do processo, ao problematizarem a constituição dos entes, resgataram uma antiga querela posta no campo da I.O., e que também envereda pelas discussões ontoepistêmicas aventadas acima: seria a I.O. uma metáfora aplicada em nível coletivo, decorrente da caracterização individual? Ou ela é um fenômeno contingente, resultados dos processos de construção social (Pratt, 2003; Corley *et al.*, 2006).

Não há resposta fácil para tais indagações, ainda mais se se considera que outras variáveis se entrelaçam à discussão, complexificando ainda mais o contexto: o estabelecimento do nível de análise, e sua problematização entre o individual e o coletivo. Como tratar e diferenciar tais instâncias e suas relações? (Pratt, 2003; 2012). Tentando lidar com essa dificuldade, Caldas e Wood (1999a) elaboraram um quadro conceitual fruto do entrecruzamento das perspectivas do objeto x perspectiva do observador, resultando em seis possíveis níveis de análise (ego/identidade anterior, Autoconceito do indivíduo/grupo, I.O., identidade x Autoconceito organizacional, imagem corporativa e Self Humano/ Caráter Nacional).

Um profícuo e polêmico debate é didático acerca do quão complexo é elaborar questões ontoepistêmicas no campo da I.O.: Gioia, Schultz e Corley (2000) argumentaram pela necessidade de se dedicar mais ao uso e pesquisa do/com o conceito I.O., em detrimento da identidade individual/pessoal – uma problemática inerente à questão dos possíveis níveis de análise.

Por sua vez, Cornelissen (2002a) entende que I.O., antes de ser um conceito, era mais uma metáfora, e que seu uso era desprovido de rigor e critérios científicos. Ele se apoia em vasta revisão teórica pautada nas teorias cognitiva e linguística da metáfora para empreender sua crítica, e defende que, antes de se utilizar uma lente metafórica, deve-se proceder a uma verificação pautada em quatro etapas: transposição (de uma área de conhecimento à outra), interpretação (da metáfora no novo âmbito epistêmico utilizado), correção (caso se constate algum desvio ou equívoco nas etapas anteriores) e explicação. Somente após tal verificação é que uma metáfora poderia ter seu valor heurístico aceito, caso contrário deveria ser rejeitada.

A celeuma começa quando o autor faz uma referência direta ao trabalho de Gioia, Schultz e Corley (2000), destacando a impossibilidade de uso da metáfora devido ao baixo grau (“pra não dizer nenhum”, diz Cornelissen) de similaridade isomórfica entre os dois atributos.

Qualquer tentativa em superar este impasse lógico então equivale à reificação da 'identidade organizacional' como entidade distinta – desconectando-a a partir do agregado de características individuais e ações que as constituem, as quais, precisando serem reconhecidas, explicam que a agência individual não é fiel às características reais e ações de indivíduos em um grupo organizado (Cornelissen, 2002a, p. 264).

Cornelissen estava questionando o desdobramento não problematizado da I.O. a partir da identidade de indivíduos e pessoas, e citou Gioia, Schultz e Corley como exemplo do que não deveria ser mais feito. Ao esquematizar os usos correntes da I.O. a partir dos quatro estágios do modelo proposto, a metáfora seria considerada “morta” e rejeitada.

Isso ensejou uma réplica, uma tréplica e uma quadréplica. Na réplica, Gioia *et al.* (2002a) rechaçam as alegações de Cornelissen, a quem acusam de menosprezar o poder criador da metáfora, e que o modelo de quatro estágios proposto para apurar o valor heurístico da metáfora seria voltado para pesquisas inseridas em um paradigma positivista, ao passo que o direcionamento teórico dos autores era o paradigma interpretativo.

Na tréplica, Cornelissen (2002b) ratifica sua posição de que a metáfora identidade organizacional tem a avaliação de seu limitado valor heurístico. Na quadréplica, Gioia *et al.* (2002b) reiteram sua argumentação e celebram a diversidade do conceito, alertando que posturas como a de Cornelissen revelam incompreensão com a pluralidade metafórica, atravancando o desenvolvimento do campo.

Os indícios do paradoxo da complexidade/inconsistência conceitual seguem. O texto de Pratt (1998, p. 172) é outra evidência de tal cenário, apresentando um dos mais debatidos construtos decorrentes da I.O.: a identificação organizacional, que “ocorre quando a crença de um indivíduo sobre sua organização torna-se permanente, autorreferencial ou autodefinida. Isto é, a identificação organizacional ocorre quando ela vem para integrar a crença sobre uma organização em uma identidade individual”.

A identificação organizacional possui dois modos de consecução: através do reconhecimento de uma organização análoga a um Self, ou através das mudanças de um self que busca se assemelhar com sua organização. O reconhecimento, presente quando indivíduos se identificam com uma organização em que acreditam ter valores e crenças que são similares a eles próprios, é categorizado como *identificação por afinidade*. Já as mudanças de um Self, em que este(s) incorpora(m) valores e crenças organizacionais em seus processos identitários, são denominados *identificação por imitação* (Pratt, 1998).

Sua explanação é importante pois também se vincula a discussão ontoepistêmica supramencionada. O conceito de identificação articula os indivíduos com as organizações, que exercem uma função simbólica de imortalidade, uma extensão superpersonalista dos sujeitos, mas que se expandem em relação à eles (Czarniawska, 2004), uma espécie de versão antropomórfica e idealizada de si mesmo (Gioia & Patvardhan, 2012).

Na ampla seara de debates que se estabelece no campo conceitual da I.O., vale trazer o que seus autores reivindicaram. Albert (1998) apresenta uma metadefinição da identidade, a partir de uma abordagem epistemológica, e sustenta que a I.O. pode ser: um constructo, ou seja, uma formulação conceitual, uma questão, ou várias questões, que são elaboradas a partir da dimensão conceitual, ou ainda uma metáfora, que reflete as escolhas de quem as utiliza, seja um pesquisador, seja um membro da organização. O autor argumenta que uma das forças do conceito de identidade é o fato de que ele não possui uma definição precisa, valorizando-o por possuir certo grau necessário de ambiguidade. Seu valor, portanto, advém da sua capacidade de se relacionar com outros conceitos, sobrepondo-se ou justapondo-se, em detrimento de conceitos insulares, já que independência e individualismo não seriam valores universais.

Já Whetten (2006) preferiu legitimar as características do conceito original (central, distintivo e duradouro), validando um construto dentro de uma perspectiva estrutural-funcionalista, ou seja, buscou uma modelagem que desse status prático ao seu conceito. De que forma isso se sucede? Em relação ao critério da distintividade, qualificado como funcional, o padrão de validade determina que se atributos organizacionais próprios não forem considerados imprescindíveis para distinguir a organização de outras, não há valor teórico em se aludir a eles como referentes de identidade. Já os critérios de centralidade e durabilidade são estruturais, e determinam o que é distintivo em uma organização. O autor sustenta ainda que as pesquisas em I.O. devem sempre ser direcionadas a tentar responder à questão ‘quem somos nós enquanto organização?’, e distingue identidade organizacional de identidade coletiva, sendo a primeira a identidade de um ator coletivo, e a segunda a identidade de um coletivo de atores.

Percebe-se, portanto, que em nenhum momento os autores se dedicaram a explicar o porquê da I.O. se constituir a partir de tais características, em que se pautaram para que tais qualidades fossem as forjadoras da I.O., apenas hesitaram sobre uma suposta universalidade do conceito (Albert) ou tentaram operacionalizar tais caracteres (Whetten). É justamente a fragilidade dos critérios CDD da I.O., tanto pelo seu viés estritamente funcionalista, quanto pela ausência de embasamento filosófico, que fomenta a inconsistência conceitual que se apresenta. Não há uma real discussão sobre seus fundamentos filosóficos – se é que existem – nos textos que o utilizam.

Os fundamentos teóricos do conceito I.O. provém da psicologia social norte-americana. Um exame atento às suas referências confirma o que está enunciado logo em sua primeira página – a forte influência dos trabalhos de Erik Ericson, William James e George Herbert Mead. Isso denuncia uma prevalência, no conceito de I.O., da *identidade* sobre a *organização*, pois a psicologia é um campo disciplinar que prioriza o comportamento de indivíduos, para em um segundo momento atentar-se às formas grupais e coletivas.

Nesse sentido, alguns autores argumentam que a identidade de uma organização perpassa pelo compartilhamento de crenças e valores – e que isso se sucede a partir de processos de socialização (Pratt, 2003; Corley *et al.*, 2006). Esse tipo de argumentação é pautado nas teorias da identidade social e da psicologia social citados supra e tende a ser presentista, obliterando processos históricos. Ademais, ignora a possibilidade de que pessoas possam compartilhar espaços sociais e organizacionais sem necessariamente compartilhar crenças e valores, o que não impede que uma I.O. seja forjada nesse contexto de conflitos e divergências.

Por isso, Alvesson e Robertson (2016) criticam a ausência do fator político e certa obsessão por coerência nas pesquisas de I.O., pois os conflitos e ambiguidades também são ensejadores de identidade. O que vai ao encontro da proposta de Caldas e Wood (1999b), para quem a identidade deva ser repensada a partir de outros critérios, como fragmentação, indistinção e efemeridade.

Não menos importante que as questões aventadas acima é a problemática da relação da I.O. com sua dimensão temporal. A diversidade de obras que abordam o problema atesta sua complexidade. Para além do critério da durabilidade – o que permanece ou não no tempo – há diversos trabalhos que tentam compreender de que forma se sucede essa relação.

Tanto Schultz (2016), quanto Hernes e Schultz (2017) apresentam classificações, na tentativa de evidenciar as possibilidades de pesquisa na área. Em alguma medida, acabam por ser trabalhos semelhantes, já que ambos se assentam na perspectiva processual explicitada anteriormente. A

primeira apresenta três possibilidades de entrelace entre temporalidade e I.O.: a primeira enxerga a identidade como estabilidade duradoura, uma espécie de “cola” temporal nas organizações que mantém a estabilidade apesar das mudanças contingenciais; a segunda concebe a identidade como mudança parcial ou periódica, em que a I.O. se altera ocasional ou periodicamente, permanecendo mais estável entre os períodos de mudança; e por fim tem-se a identidade como mudança contínua, cuja natureza mutável da identidade é inerente às reivindicações e percepções conectadas que constituem a I.O., o que implica que os estudos de identidade devem se preocupar com a construção contínua da identidade incorporada ao longo do tempo.

Por sua vez, Hernes e Schultz (2017) sustentam que existem três concepções de temporalidade imbricadas à I.O.: Uma visão evolucionista, que se enraíza na aceção de que fases ou ciclos preparam o cenário para instantes posteriores, os quais representam um desenvolvimento em relação aos anteriores; nessa perspectiva, as construções de I.O. são rastreadas até construções anteriores, e presume-se que a identidade se desenvolva lentamente ao longo do tempo, à medida que as reivindicações de identidade feitas em um determinado momento moldam compromissos em um futuro distante. Essa é a perspectiva temporal subjacente a durabilidade do modelo original de Albert e Whetten.

A visão periódica assemelha-se à concepção evolucionária. Sua diferença recai na ênfase na atribuição que se imbuí ao passado. Enquanto uma visão evolucionária assume certa contingência e, portanto, interdependência entre um período ou ciclo anterior e posterior, uma visão periódica tende a enquadrar o que se sucede dentro de um determinado período. O período é uma forma de “congelar” analiticamente a vida temporal organizacional.

A última tipologia temporal proposta pelos autores é a “vir a ser/ tornar-se” (*becoming*). Em tal abordagem, a I.O. está em constante fusão e mudança, e o que lhe caracteriza temporalmente é a sensação contínua de transformação, um movimento do passado para o futuro e do futuro para o passado, vivenciado e instanciado no presente.

Ao se falar de tempo, é impossível não perpassar a temática da memória, dada que esta operacionaliza e guarda aquele. Na filosofia e nas ciências histórico-sociais, há toda uma tradição que fomenta a memória como critério de identidade (Ricœur, 2007; Candau, 2011; Catroga, 2015). Dois trabalhos demonstraram essa correlação no campo da I.O.: Anteby e Mólnar (2012) estudaram uma companhia estatal francesa de aeronáutica fundada no fim da segunda guerra mundial. A partir de entrevista com ex-colaboradores e consulta a boletins e periódicos produzidos pela própria estatal, puderam constatar que certos esquecimentos foram intencionais para reforçar uma identidade nacional-organizacional impoluta, livre de contradições, negando por exemplo colaborações de empresas estrangeiras, como a estadunidense GE (General Electric), ou de engenheiros alemães.

Já Schultz e Hernes (2013), embora critiquem a busca por uma I.O. coerente e livre de contradições – na esteira das críticas elencadas anteriormente (Caldas & Wood, 1999b; Alvesson & Robertson, 2016) – apresentam uma concepção de temporalidade contínua entre presente, passado e futuro. Os autores estudam dois momentos de mudanças e reconstrução identitária de uma empresa dinamarquesa de brinquedos fundada na década de 1930, ocorridos nos anos 2000. A partir da consulta a três formas de memória – material, oral e textual – os autores detectam que a evocação de certas referências valorativas, como slogans e marcas elaboradas entre os anos 1970

e 1990, são ressignificadas, redefinindo as aspirações futuras da organização. Por fim, argumentam que

uma perspectiva contínua da identidade evita a dicotomia estabilidade-mudança, pois se a perspectiva periódica de temporalidade mostra como as identidades mudam ou permanecem estáveis ao longo do tempo, uma perspectiva contínua concentra-se em *como* a mudança identitária emerge da prática dos membros da organização, à medida que se usa os materiais do presente para transformar a experiência organizacional passada em ambições para o futuro (Schultz & Hernes, 2013, p.17, grifo dos autores).

Ainda que tais formulações teóricas representem um avanço crítico, elas não elaboram a fonte da querela da inconsistência do conceito: os critérios da I.O. – centralidade, distintividade e durabilidade. A análise do texto original expõe como a disposição de tais atributos é desprovida de elaboração conceitual, preso a expressões como “ciclos de vida”. A partir disso, coadunam-se dois conceitos ônticos – identidade e organização – sem o devido aprofundamento ontológico.

Com efeito, as noções de centralidade e distintividade, tal como estão postas, remetem a um essencialismo reificante (Alvesson & Robertson, 2016), que precisa ser problematizado de modo temporal. Em outras palavras, é o *tempo como fundamento ontológico originário e condição de possibilidades do Ser* que determina a constituição entitária da identidade. Como se elabora tal questão? É o que se discute na próxima seção, em que se apresenta o tempo como ontologia, ou seja, fundamento e horizonte de compreensão do Ser.

Crítica hermenêutica: dimensão ontológica

Análise explicativa – conceitos filosóficos de ontologia e tempo

O conceito de ontologia se confunde com o de *metafísica*. Ao se consultar o verbete “ontologia” no *dicionário de Filosofia* (Abbagnano, 2007), há indicação para verificar o verbete “metafísica”. Este, por sua vez, se conceitua como um dos estruturantes da filosofia, embora atualmente seja considerado um termo gasto e até mesmo evitado (Rohden, 2013). No *dicionário*, o conceito de metafísica, concebida como ontologia, é a “doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser: os que todo ser tem e não pode deixar de ter” (Abbagnano, 2007, p.662). Há certo consenso em pensar a ontologia como a teoria fundamental dos entes, um entendimento sobre a estrutura primordial de tudo o que é ou pode ser (Sombra, 2012; Oliveira, 2014).

Na metafísica moderna, o primeiro nome de destaque é René Descartes, pensador que inaugura a modernidade, ao colocar o primado da racionalidade como modo de conhecimento humano, tendo como estatuto ontológico o imperativo da consciência do eu como verdade absoluta, resumida na asserção *cogito ergo sum*, “penso, logo existo”. A partir da lógica cartesiana, estabelecem-se os limites entre o sujeito que primeiro tem ciência e reconhecimento de si mesmo, e somente então conhece o(s) objeto(s) que será alvo de investigação. O sujeito é o ponto de partida do conhecimento (Silva, 2005).

Em seguida, tem-se o trabalho de Immanuel Kant, que empreende uma filosofia da filosofia,

inaugurando o método reflexivo de investigação, que determina os limites da razão cognoscente. Kant sustenta a tese de que a constituição dos objetos se faz a partir de um sujeito transcendental, e o eixo fundamental da interrogação filosófica se centra na consideração desse aparato transcendental (Oliveira, 2014).

Contudo, é somente com a metafísica contemporânea do século XX que ocorre o imbricamento entre ontologia e tempo. Essa articulação foi perpetrada por Heidegger em sua obra “*Ser e Tempo*”, em que o filósofo critica o que chama de “o esquecimento do ser” na metafísica tradicional, estabelecendo assim em seu projeto sua superação, a partir de uma ontologia assentada na existência. Nesse bojo, insere uma crítica ao cogito cartesiano, bem como ao dualismo que dele decorre. Esse esquecimento seria resultado da entificação do ser na tradição metafísica, desde Platão até Descartes. Nesta entificação, o próprio tempo é “esquecido”, uma vez que se pressupõe que os entes possam ser estudados como atemporais. Intui-se assim certa sinonímia entre ser e tempo na filosofia heideggeriana (Blanc, 1999).

A questão que norteia “*Ser e Tempo*” é a do sentido do ser. Ao desenvolver tal investigação, ocorre uma dupla ruptura na tradição metafísica. A primeira é a diferença ontológica entre o ser e o ente. Essa diferença é a resposta ao dualismo cartesiano entre sujeito e objeto, em que Descartes entificou o ser, tomando-o por “evidente”. A segunda, derivada da primeira, é justamente a alocação da temporalidade *circular* no horizonte de compreensão ontológica do ser que habita todos os entes, ou seja, a “resposta” à questão do sentido do ser é o tempo (Heidegger, 2015). O tempo é nossa origem e destino porque, constitutivamente, todo ente é tempo. Como pontua Heidegger (2015, p. 468), “o ente não é temporal porque se encontra na história, mas ao contrário, só existe historicamente porque, no fundo de seu ser, é temporal”. O futuro e o passado – ou como os denomina Heidegger, *por-vir (Zukunft)* e *ter-sido (Gewesenheit)*, implicam-se mutuamente através dos mecanismos de herança e repetição do ser dos entes, ressignificando imediatamente as ações e acontecimentos dispostos linguisticamente.

É essa concepção do tempo como fundamento ontológico que parece obliterada nos estudos de I.O. O esquecimento do tempo em estudos organizacionais resulta tanto da instrumentalização e reificação do mesmo na constituição da metafísica moderna, que forja o surgimento das ciências sociais, quanto da dificuldade em lidar com o tempo fenomenicamente, dado seu caráter *aporético* (Santos, 2021b).

A análise compreensiva anterior demonstrou que os estudos ontológicos sempre padeceram desse dualismo de origem cartesiana. Tal perspectiva já está presente na origem do conceito, quando Albert e Whetten ensejam como critério de definição a durabilidade, ou seja, aquilo que permanece, fica no tempo. E aquilo que não permanece, mas *fez parte* da história do ente, não é composto de identidade?

Foi para lidar com essa dificuldade ontológica do tempo que as abordagens do processo ganharam robustez, estabelecendo-se no campo. Mas, como se discutiu na seção anterior, estas não escaparam da concepção linear do tempo, instituindo a temporalidade como a relação contínua (*ongoing*) entre passado, presente e futuro (Schultz & Hernes, 2013). Tal perspectiva mantém a ideia de que os eventos e a ação dos entes ocorrem *no* tempo, o que restringe a capacidade analítica.

Isso acontece pela confusão emergente daquilo nomeado por Heidegger (2015) de “concepção vulgar” do tempo, em que este é tratado linearmente como uma sucessão de “agoras”,

instantes, momentos. Por isso é fundamental a concepção tripartite heideggeriana de tempo, em que há uma superação dialógica com essa acepção vulgar. O filósofo alemão pensa o tempo em níveis de gradação a partir do caráter de autenticidade - a abertura de possibilidades entitárias - desses estágios temporais. São eles a temporalidade, a intratemporalidade e a historialidade (Heidegger, 2015; Ricœur, 2010b).

A temporalidade seria o estágio mais autêntico de seu modelo temporal. É esse caráter autêntico, de abertura, que garante à temporalidade uma unidade que possibilita as outras instâncias do tempo em sua análise. O segundo estágio de gradação temporal heideggeriana é a intratemporalidade, conjunto das experiências que designa o tempo em função da ocorrência dos eventos. É a noção “contábil” de intratemporalidade, que prevalece em boa parte das teorias do processo. Por fim, tem-se a historialidade, o estiramento entre o início e o fim da trajetória de um ente. É o que provê totalidade à temporalidade, sendo, portanto, o nível de gradação mais profundo da temporalização heideggeriana (Santos, 2021a).

Essa estrutura temporal heideggeriana embasa a temporalidade narrativa ricœuriana, resultando, ontologicamente, no conceito de *identidade narrativa* (Ricœur, 1991; 2000; 2010b), apresentado a seguir como caminho teórico-metodológico alternativo à I.O.

Análise compreensiva – O conceito identidade narrativa

O conceito de *identidade narrativa* é apresentado ao final do terceiro volume de “Tempo & Narrativa”, a obra magna de Ricœur. O argumento central do livro é que “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricœur, 2010a, p. 9).

Após longa investigação filosófica em que articula as perspectivas do tempo (fenomenológico e existencial) com as modalidades narrativas (histórica e ficcional), Ricœur (2010b, p. 417-418, grifo do autor) enuncia o conceito de identidade narrativa:

Até que ponto o *entrecruzamento* das intenções ontológicas respectivas da história e da ficção constitui uma réplica apropriada à ocultação recíproca das duas perspectivas, fenomenológica e cosmológica, sobre o tempo? (...) Da fecundação desse entrecruzamento emerge um frágil rebento oriundo da história e da ficção, que é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos chamar de identidade narrativa. O termo “identidade” é aqui tomado no sentido de uma categoria da prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou uma comunidade é responder a questão: quem fez tal ação? quem é o seu agente, o seu autor? (...) A resposta a essas indagações só pode ser narrativa.

Ao colocar a identidade narrativa como uma categoria da prática, Ricœur vai ao encontro das análises etimológicas anteriores, pois a identidade como um atributo qualitativo de entes traz em seu cerne um imperativo de ação, em que a definição da identidade perpassa pela resposta da questão “quem?”, o que traz em si um mosaico de ações e imputações de responsabilidade: “quem fez tal ação?”; “quem proferiu tal sentença?”; “quem narrou a história de tal fato ou pessoa?”.

Assim, a identidade possui um inegável aspecto ético-político.

A identidade narrativa é elaborada por Ricœur (1991; 2000) a partir do tensionamento dialógico entre duas dimensões: a identidade como *mesmidade*, e a identidade como *ipseidade*.

A mesmidade seria a categoria que remete a categoria de centralidade no modelo tradicional de I.O., que por sua vez costuma ser associada às noções clássicas do pensamento filosófico como essência, substância etc. Ricœur (1991; 2000) vai enumerar quatro características que compõem a mesmidade: A identidade como unicidade; a identidade como semelhança extrema; a identidade como continuidade ininterrupta, e a identidade como permanência no tempo.

É na permanência do tempo que “começam os verdadeiros embaraços” (Ricœur, 2000, p. 4). Para resolver a querela da mesmidade e sua condição de estrutura invariante, Ricœur desenvolve o conceito de ipseidade, concebido como uma permanência impermanente, a forma encontrada para superar as limitações do modelo de identidade calcado na mesmidade. Assim, “a Ipseidade do si implica uma forma de permanência no tempo que não seja redutível à determinação de um substrato” (Ricœur, 1991, p. 143).

A ipseidade se constitui onde a estabilidade e a certeza não se fazem presentes. Enquanto si mesmo, a ipseidade é precária, fraturada, afastando-se da mesmidade, mantida no tempo, porém sem nunca se livrar dela por completo (Santos, 2017). Assim, a formação da ipseidade, ato ontológico e, portanto, político, implica a inserção do ente no mundo sócio-histórico, seu envolvimento com práticas que, enquanto conferem substrato ao tempo vivido, liberam, pelo exercício da memória, seu passado individual e coletivo (Andrade, 2014).

Se a mesmidade equivale ao critério de centralidade, a ipseidade engloba e de certo modo supera os critérios de distintividade e durabilidade. O primeiro ao colocar a distinção não somente como uma questão de diferença, mas principalmente ao estabelecer uma relação de *alteridade* que implica um compromisso ético-político na relação que se concebe entre os entes. O segundo ao lidar com as impermanências d(n)o tempo, dificuldade maior dos estudos de I.O. (Schultz & Hernes, 2013; Brown, 2020).

O processo de atribuição de responsabilidade inscrito na dimensão temporal da ipseidade somente será fecundo caso haja uma percepção de que entre o membro organizacional que narra e conta sua história entrelaçada com a história da organização da qual faz parte, há um imperativo de *alteridade*, afirmando assim o caráter ético-político da I.O., superando assim as querelas apresentados anteriormente no debate entre Cornelissen (2002a; 2002b) e Gioia *et al.* (2002a; 2002b).

Tal contenda se inscreve nas dificuldades de atribuição de responsabilidade e capacidade de ação para um ente como a organização, ou seja, em sua dimensão *ética*. Há uma dificuldade conceitual na justaposição entre os conceitos de *identidade* e *organização*, considerando o primeiro voltado somente para indivíduos e o segundo para um ente coletivo. Assim, não seria possível o uso da I.O. nem como conceito, nem como metáfora, pois isso implicaria em uma reificação da I.O., sugerindo então que o conceito teria uma atribuição “fático-metafísica”, em que tal ente faceja agentes individuais, com o intuito de ignorar que entidades coletivas como organizações forjam-se por meios das ações individuais (Cornelissen, 2002a; 2002b).

Ainda que Cornelissen tivesse razão em se preocupar com maior rigor conceitual na questão,

ele estava atacando a questão errada, pois esse problema da reificação e da alteridade não se encontra no conceito I.O. em si, mas no seu conceito correlato, o de *identificação*. É nele que as relações de alteridade entre os membros e a organização se manifestam, e as pesquisas sobre o tema até então se resumiam a entender como os membros se identificavam com a organização. Ademais, tais pesquisas tomam como garantido o fato de que *existe* uma identificação, o que é um equívoco. Um indivíduo pode fazer parte de uma organização sem necessariamente se identificar com ela e ainda por cima atribuir-lhe valores.

Outra questão decorrente do imbróglio é a capacidade *actancial* do ente organização. Organizações podem agir? Organizações têm caráter? Uma resposta apressada cravaria um unísono “não!”. Mas a questão é mais complexa. Não são raras as vezes em que membros de uma organização tendem a atribuir ações e responsabilidades a ela. E, embora tal atitude seja indicativo de certo antropomorfismo organizacional, já discutida no campo da I.O. (Czarniawska, 2004; Whetten, 2006; Gioia & Patvardhan, 2012), ela também revela uma elaboração simbólica por parte de quem as profere: a atribuição de qualidades e imputações de responsabilidades às organizações; ou seja, imputa-se à organização uma *identidade*.

É como se a resposta da pergunta: “quem?” fosse o nome de qualquer organização. Deixando de lado aspectos legais, em que organizações respondem juridicamente por seus atos, o que se tem aqui é certo deslocamento *quididativo*, em relação à concepção tradicional da organização como um “quê” reificado (Alvesson & Robertson, 2016). É essa quebra em conceber a organização como um ente definido, ainda que (também) o seja, é que coloca a noção de identidade narrativa como alternativa conceitual às concepções estanques ou fluidas de I.O., avançando também para além da teoria processual, pois esta, ao se ater a concepção linear e contábil do tempo, não acessa os sentidos mais profundos e originários da existência humana, tampouco apreende as possibilidades expectantes dos entes.

Discussão: A identidade organizacional narrativa

Discorrida a analítica supra, pergunta-se: como a temporalidade heideggeriana fundamenta a identidade narrativa ricœuriana? E como esta suplanta os limites da I.O.? Se na seção anterior apresentou-se as categorias ontológicas da identidade ricœuriana – a mesmidade e a ipseidade – agora introduz-se as categorias configurativas de sua narratividade: a dimensão configurativa e dimensão episódica.

Articuladas às gradações temporalizadoras da temporalidade e da intratemporalidade, se definem da seguinte forma: a dimensão episódica constitui a narrativa a partir dos eventos nela inscritos, puxando esse tempo narrado para a extensão da representação linear do tempo. Os episódios se sucedem seguindo o ordenamento inexorável do tempo humano. Já a dimensão configurativa atribui inteligibilidade à totalidade de acontecimentos inerentes à narrativa. É graças à ela que a história adquire capacidade de ser acompanhada; que a intriga suplanta a instância episódica e narrativamente se torna compreensível. Assim, a superação da dimensão episódica pela configurativa não se sucede sem que esta reorganize por completo toda a estrutura narrativa disposta até então (Santos, 2021a).

A dimensão episódica também contém em si e se desvela pela dimensão configurativa. “É por causa da dimensão configurativa da intriga que se torna possível retomar e compreender a série

de acontecimentos a partir do final da história” (Ricœur, 2012, p. 304), porque qualquer possibilidade de que a intriga faça sentido vincula-se ao seu cariz configurativo, ao elã que assegura a condução ao final da história e ao sentido dela.

Portanto, os episódios são essenciais para a contextura da intriga. Somente por causa desse processo imbricado e circular de correlação entre as dimensões que a trama pode ser recontada; a alteração na dimensão configurativa está articulada à (re)interpretação da dimensão episódica, sendo esta subordinada àquela (Santos, 2021a).

Articulando a temporalização gradativa heideggeriana à ontologia narrativa ricœuriana, apresenta-se a *identidade organizacional narrativa* – I.O.N., como alternativa aos limites da I.O. tradicional, conforme tabela 3 abaixo:

Tabela 3
Identidade Organizacional Narrativa

Tempo Narrativa	Temporalidade	IntraTemporalidade	Historialidade (estiramento entre início e fim)
Dimensão configurativa	Abertura de possibilidades - ipseidade	Tensionamento Mesmidade x Ipseidade (herança)	Retorno de possibilidades – ipseidade (repetição)
Dimensão episódica	Autenticidade do originário – Mesmidade fundadora	Sucessão de Mesmidades	<i>Finitude</i> da intriga/ Mesmidade como <i>Mitsein</i> (Ser-em-Comum)

Fonte: Elaborado pela autoria.

O imperativo ao futuro, propiciado pela temporalização originária e pela ética da finitude que se desvela como ser-em-comum (*Mitsein*), é o diferencial da I.O.N. em relação à I.O. tradicional, cuja temporalidade centra-se na durabilidade reificada e por vezes presentista. Ao se configurar numa totalidade precária, posto que o tempo é um *continuum espiralado*, ou seja, uma *relação* entre a apreensão intuitiva da consciência individual e a dialogicidade do sentido coletivo da existência definida linguisticamente, a I.O.N. se desprende das limitações da concepção linear e contábil do tempo que limitam as abordagens processuais. A ética da finitude, como conjunto de (rel)ações que se espraiam em uma coletividade, como um ente organizacional, implica que este é infinito no sentido de que retorna de modo circular ao seu começo, mas finita no sentido de que não dura para sempre, ou, se durar, sua continuidade perpétua é, intrinsecamente, seu fim (Inwood, 2002).

Refletir sobre o futuro é uma prática especulativa, que se insere no horizonte de possibilidades do ficcional e do imaginário, que, embora relegados a um plano de expectativas, também forjam a realidade (França Filho & Santos, 2024). Com efeito, o futuro é uma categoria obliterada nos estudos organizacionais, a não ser quando instrumentalizada nas múltiplas formas de planejamento prescritivas que permeiam a disciplina (Wenzel *et al.*, 2020). Assim, prospectar os

diversos *modos-de-ser* que os entes se sucedem nos entremeios dos dilemas que se avizinham é algo que se impõe, e que se torna crível a partir das narrativas que se desdobram da I.O.N.

A I.O.N. busca assim transcender o conceito tradicional de I.O. centrado no compartilhamento de crenças, dispondo-se como mosaico emaranhado de eventos, acontecimentos, e elaboração de sentidos deles, ancorados em uma tessitura narrativa que conecta esse delineamento histórico – o espaço de experiências amparadas linguisticamente – com as projeções implicadas em um instante histórico porvindouro – o horizonte de expectativas apresentado testemunhalmente.

A analítica compreensiva demonstrou a inconsistência dos critérios CDD da I.O., tanto pelo seu viés estritamente funcionalista, quanto pela ausência de embasamento filosófico. Assumir a I.O. como I.O.N. é transcender tais inconsistências conquanto reconhece suas aporias e incompletudes constitutivas (Ricœur, 2010b), rechaçando qualquer intento universalista. Em diálogo com a I.O., propõe-se em alternativa ao “quem Somos nós como organização”, o “Quem é este ente que eu nomeio/enuncio como X, da qual faço parte, que já existira antes de mim e continuará existindo após a minha partida?”

Por mais paradoxal que transpareça, a força da I.O.N. é o desapego à generalização, posto que a resposta fundamental à questão “quem?” é sempre uma narração, uma história que considera os posicionamentos éticos e políticos de ambos os Si – o dos entes narrador e narrado, abraçando a precariedade e fragmentação característicos do ato de narrar. Entre o que permanece e o que vai sempre haverá um *entre*. É esse *entre hermenêutico* que define a I.O.N.

Conclusões

O conceito de *identidade organizacional* vem sendo alvo de divergências desde sua enunciação em 1985 no seminal texto de Albert e Whetten. Defensores ardorosos e críticos contumazes têm mostrado a pluralidade de ideias que colocou o conceito no panteão das pesquisas em estudos organizacionais.

Conforme demonstrado no momento explicativo da análise hermenêutica, o conceito de identidade remete a uma longa tradição filosófica. Não foi uma discussão que começou na psicologia norte-americana do século XX. A ausência de substrato filosófico e a imposição de critérios genéricos prejudica o potencial analítico do conceito. E não será afirmando que sua força é justamente sua ampla abrangência (Albert, 1998) que a questão será resolvida. É preciso um contínuo esforço de reflexão, um incremento explicativo que leve a uma melhor compreensão. Explicar mais é compreender melhor (Ricœur, 2002; 2011).

A ausência de pressupostos filosóficos prejudica a discussão ontológica fundamental na concepção original da I.O. que se torna possível na tradição hermenêutica de meditação profunda sobre a temporalidade como fundamento e condição de possibilidade do ser dos entes, desembocando assim na problemática da finitude.

Não é intento, com a I.O.N., advogar por um modelo universal de conhecimento que transpusesse a I.O. O intuito é enaltecer os limites desta a partir dos atributos daquela. Embora as “categorias” da I.O.N. – tempo e linguagem – possam ser pensados universalmente, elas precisam *sempre* ser contextualizadas, sob pena de contradizer o próprio postulado ricœuriano de que o *si* –

do conhecimento de si – é uma tarefa hermenêutica indireta, ou seja, um itinerância pelas obras da cultura humana que dependem da dialógica *texto – leitor*.

Como contribuição teórico-metodológica, acredita-se que a abordagem hermenêutica embasada na dialética ricœuriana explicar-compreender aqui utilizada pode ser replicada na análise de qualquer texto, não só conceitos, mas também em biografias, livros acadêmicos, manuais, obras literárias etc. Espera-se que as proposições aqui desenvolvidas auxiliem pesquisador(a)s da administração e estudos organizacionais na consecução de pesquisas que adotem como cabedal metodológico e ontoepistêmico a matriz de conhecimento hermenêutico.

A proposta de estabelecer um conceito como texto e enveredar pela análise do conceito I.O. encontrou na hermenêutica de Paul Ricœur um profícuo método de interpretação, cujo caráter interdisciplinar permite arbitrar as mais diversas epistemologias, metodologias, teorias e ontologias, produzindo um resultado inteligível, a *metodologia hermenêutica para crítica dos conceitos* (M.H.C.C.).

Inscrito no círculo hermenêutico que congrega texto e leitor, ser e ente, Ricœur opera sua analítica hermenêutica nas dimensões epistemológica e ontológica. Na primeira, corrige Dilthey e articula o explicar e o compreender, tornando o *texto* mais do que um paradigma das ciências sociais, mas uma verdadeira arena política em que as diversas correntes epistêmicas ora convergem, ora divergem, de onde resulta sua postura mediadora.

No âmbito ontológico, o conceito de identidade narrativa, ao congregar a díade mesmidade - ipseidade, assentadas na temporalização gradativa heideggeriana e figuradas nas dimensões narrativas configurativa e episódica, oferece suporte teórico-metodológico para lidar com as dificuldades que as abordagens até então empregadas nos estudos em I.O. não conseguiram.

Ao conceber um modo narrativo para a temporalidade, no plano ontológico da identidade, Ricœur (1999b) entende que a narrativa em questão não é meramente uma sequência de episódios, do mesmo modo que a temporalidade não é apenas uma sequência de tempos pontuais. A narrativa tem uma configuração, uma trama e uma articulação complexa de expectativas futuras e memórias passadas, que se encontram no tempo presente.

De tal forma que o conceito de identidade narrativa ajuda a trazer para o escopo conceitual da I.O. uma definição de identidade que se assenta em uma concepção de tempo que não se encerra no tempo sócio-histórico, que não se atém em cronologias e periodizações, que não evoca somente arquivos e vestígios, mas, acima de tudo, acessa temporalidades como instâncias estruturantes fundamentais da existência humana.

Pensar a I.O. *enquanto* identidade organizacional *narrativa* é pensar aquela não somente como a soma dos seus episódios passados, mas também a soma das suas expectativas, dos seus projetos, e das alterações deles. E esses ressignificam, a cada momento, a sua história.

Referências

Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia* (5a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Albert, S. (1998). The definition and metadefinition of identity. In: Whetten, D.A., & Godfrey, P.C. *Identity in organizations: Building Theory Through conversations* (pp. 1-13). Thousand Oaks:

Sage Publications.

- Albert, S, & Whetten, D.A. (2004). Organizational Identity. In: Hatch, M.J., & Schultz, M. *Organizational identity: a reader* (pp. 89-118). Oxford: Oxford United Press.
- Alvesson, M., & Robertson, M. (2016). Organizational identity: a critique. In: Pratt, M.G., Schultz, M., Ashforth, B.E., & Ravasi, D.. *The Oxford Handbook of Organizational Identity* (Oxford Handbooks) (pp. 160-182). Oxford : Oxford United Press.
- Andrade, A. C. (2014). *O Si mesmo como História*. São Paulo, SP: Loyola.
- Anteby, M., & Molnár, V. (2012). Collective Memory Meets Organizational Identity: Remembering to Forget in a Firm's Rhetorical History. *Academy of Management Journal*, 55(3), 515–540, doi:10.5465/amj.2010.0245
- Barrett, F.J., Powley, E.H., & Pearce, B. (2011.). Hermeneutic philosophy and organizational theory. In: Tsoukas, H., & Chia, R. (eds.). *Philosophy and organization theory* (pp. 181-214). Emerald Group Publishing Limited.
- Becerra, H. C., Rizo, J.J.C., & Robles, F.C. (2004). *Manual de etimologias grecolatinas* (3a ed.). Ciudad del Mexico: Limusa Noriega.
- Berkenkotter, C., Huckin, T.N., & Ackerman, J. (1994). Social Context and Socially Constructed Texts: The Initiation of a Graduate Student into a Writing Research Community. In: Bazerman, C.; Russell, D. *Landmark Essays: On Writing Across the Curriculum*. New York: Routledge.
- Beyda, T.T., & Macedo-Soares, T.D.L.V.A. (2010). Identidade organizacional: análise crítica da produção acadêmica brasileira de 2004 a 2009. *Revista De Administração*, 45(4), 400-414. doi:10.1590/S0080-21072010000400008
- Blanc, M. M. (1999). *Metafísica do Tempo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Boudon, R., & Bourricaud, F. (1993). *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, SP: Ática.
- Brown, A. D. (2020). Identities in organizations.. In: Brown, A. D.(ed.). *The Oxford Handbook of Identities in Organizations* (pp. 1-35). Oxford: Oxford University Press.
- Caldas, M., & Wood Jr., T. (1999a). Identidade Organizacional. In: Caldas, M., & Wood Jr., T. (orgs.). *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo, SP: Atlas.
- Caldas, M., & Wood Jr., T. (1999b). Quem tem medo de eletrochoque? Identidade, terapias convulsivas e mudança organizacional. In: Caldas, M., & Wood Jr., T. (orgs.). *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo, SP: Atlas.
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo, SP: Contexto.
- Catroga, F.. (2015). *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Constancio, F. S. (1836). *Novo dicionario crítico e etymologico da língua portuguesa*. Paris: Officina Typographica de Casimir. Recuperado de <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=HM9TAAAcAAJ&oi=fnd&pg=PR3&dq=dicionario+da+lingua+portuguesa&ots=HTxSfahoOz&sig=t55m5SyTx79HjkmI99Pu24b8sml#v=onepage&q=dicionario%20da%20lingua%20portuguesa&f=false>
- Corley, K.G., Harquail, C.V., Pratt, M.G., Glynn, M.A., Fiol, C.M., & Hatch, M.J. (2006). Guiding

- Organizational Identity Through Aged Adolescence. *Journal of management inquiry*, 15(2), 85-99. Doi:10.1177/1056492605285930
- Cornelissen, J.P. (2002a). On the 'Organizational Identity' Metaphor. *British Journal of Management*, 13(3), 259–268. Doi:10.1111/1467-8551.00242
- Cornelissen, J.P. (2002b). The Merit and Mischief of Metaphor: A Reply to Gioia, Schultz and Corley. *British Journal of Management*. 13(3). 277–279. Doi:10.1111/1467-8551.00244
- Cruz, A.F.T.D. (2016). Uma abordagem etimológica dos fraseologismos. In: Duchowny, A. T. (org.). *Pelas veredas da etimologia*. São Paulo, SP: NEHiLP/FFLCH/USP.
- Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Lexicon, FAPERJ. Recuperado de:
https://books.google.com.br/books/about/Dicion%C3%A1rio_etimol%C3%B3gico_da_l%C3%ADngua_port.html?id=4yiODwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.
- Czarniawska, B. (2004). Narratives of individual and organizational identities. In: Hatch, M.J., & Schultz, M. *Organizational identity: a reader*. (pp. 407-435). Oxford: Oxford United Press.
- Durkin, P. (2009). *The Oxford guide to etymology*. New York: Oxford University Press.
- França Filho, G. C. de. (2004). Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: Santos, R.S. *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo, SP; Salvador, BA: Mandacaru.
- França Filho, G. C. de, & Santos, L.A.N. (2024). O estatuto ontológico da ficção – da teoria literárias às ciências sociais: apontamentos filosóficos. *Aletria – revista de estudos de literatura*, 34(2), 172-187. Doi:10.35699/2317-2096.2024.51105
- Gagnebin, J. M. (1997). Dizer o tempo. In: Gagnebin, J. M. *Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História*. (pp. 69-80). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Gioia, D. A. (1998). From individual to organizational identity. In: Whetten, D.A., & Godfrey, P.C. *Identity in organizations: Building Theory Through conversations*. (pp. 1-13). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gioia, D. A., Schultz, M., & Corley, K.G. (2000). Where do we go from here? *Academy of Management Review*, 25(1), 145-147. Doi:10.5465/amr.2000.27711634
- Gioia, D. A., Schultz, M., & Corley, K.G. (2002a). On the 'Organizational Identity' Metaphor: A Rejoinder to Cornelissen. *British Journal of Management*, 13(3), 269–275. Doi:10.1111/1467-8551.00243
- Gioia, D. A., Schultz, M., & Corley, K.G. (2002b). Metaphorical Shadow Boxing: A response to Cornelissen's reply to our Rejoinder to Cornelissen. *British Journal of Management*, 13(3), 281. Doi:10.1111/1467-8551.00245
- Gioia, D.A., & Patvardhan, S. (2012). Identity as Process and Flow. In: Schultz, M., Maguire, S, Langley, A, & Tsoukas, H. *Constructing identity in and around organizations* (pp. 50-62). Oxford: Oxford United. Press.

- Gioia, D.A., & Hamilton, A.L. (2016). Great debates in organizational identity study. In: Pratt, M.G., Schultz, M., Ashforth, B.E., & Ravasi, D. *The Oxford Handbook of Organizational Identity* (pp. 21-38) Oxford: Oxford United Press.
- Grondin, Jean. (1999). *Introdução a Hermenêutica Filosófica*. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos.
- Hatch, M.J., & Schultz, M. (2004). *Organizational identity: a reader*. Oxford: Oxford United Press.
- Heidegger, M. (2015). *Ser e Tempo: Parte I*. (15a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hemes, T., & Schultz, M. (2017). A Temporal Understanding of the Connections between Organizational Culture and Identity. In.: Langley, A, & Tsoukas, H. (orgs.). *The Sage Handbook of Process Organizations Studies*. (pp. 356-371). London: Sage Publications.
- Hussenot, A., Hemes, T., & Bouty, I. (2020). Studying organization from the perspective of ontology of temporality. In: Reinecke, J., Suddaby, R., Langley, A., & Tsoukas, H. (eds.) . *Time, Temporality, and History in Process Organization Studies*. London: Oxford United Press.
- Inwood, M.J. (2002). *Dicionário Heidegger*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Johnson, A. G. (1997). *Dicionário de sociologia. Guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Josgrilberg, R. (2017). Que é um texto? A vida e o mundo nas tramas de sentido de um texto. *Revista Internacional d'Humanitats*, 39, 87-94. Recuperado de <http://www.hottopos.com/rih39/87-94Rui2f.pdf>
- Langley, A, & Tsoukas, H. (2017). Introduction: Process Thinking, Process Theorizing and Process Researching. In.: Langley, A, & Tsoukas, H. (orgs.). *The Sage Handbook of Process Organizations Studies*. (pp. 1-27). London: Sage Publications.
- Mardsen, R., & Townley, B. (2001). Introdução: A coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: Clegg, S., Hardy, C., & Nord, W. (orgs.); Fischer, T., Fachin, R., & Caldas, M. (orgs. edição brasileira). *Handbook de estudos organizacionais – Ação e análise organizacionais*. Vol. 2. São Paulo, SP: Atlas.
- Marques, J. (1764). *Novo dicionario das línguas portugueza, e francesa, com os termos latinos*. Lisboa: Officinal Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. v. 2. Recuperado de https://books.google.com.br/books?id=Fwsk_oraZC4C&dq=Joseph%20Marques&lr&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q=Joseph%20Marques&f=false.
- Matitz, Q. R. S., & Vizeu, F. (2012). Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 577-598. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7099>
- Mir, R., Willmott, H., & Greenwood, M. (2016). Introduction: philosophy in organization studies. In.: Mir, R., Willmott, H., & Greenwood, M. (Eds.). *The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies*. Routledge - Taylor & Francis Group. London. New York.
- Mir, R., & Greenwood, M. (2022). *Philosophy and Management studies: A Research Overview*. London: Routledge. New York: Taylor & Francis Group.

- Moura, G.L. (2014). Hipergeneralizações: organizações são quase qualquer coisa em best-sellers de introdução à Administração. *Cadernos EBAPE.BR*. 12(1), 66-85. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/9629>
- Moura, G.L., Neto V. L. da C., & Ferreira, D.A. (2020). A importação descontextualizada de conceitos e o ensino de Administração no Brasil: outro capítulo na “simplicização” dos nossos livros didáticos. *Perspectiva*, 38(3), 01-20. Doi:10.5007/2175-795X.2020.e62035
- Myers, M.D. (2016). Hermeneutics in organization studies. In: Mir, R., Willmott, H., & Greenwood, M. (Eds.). *The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies*. London: Routledge. New York: Taylor & Francis Group.
- Oliveira, M. (2014). *A ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. São Paulo, SP: Paulus.
- Onions, C.T. (1982). *The Oxford dictionary of English etymology*. Oxford university Press. New York.
- Pavão, Y.M.P., Godoi, C. K., & Sehnem, S. (2011). A postura hermenêutica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Adm. FACES Journal*, 10(4), 109-129. Doi:10.21714/1984-6975FACES2011V10N4ART1004
- Pratt, M.G. (1998). To be or not to be? Central questions in organization identification. In: Whetten, D.A., & Godfrey, P.C. *Identity in organizations: Building Theory Through conversations*. (pp. 171-208). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Pratt, M.G. (2003). Disentangling collective identities. In: Polzer, J. (Ed.) *Identity Issues in Groups (Research on Managing Groups and Teams, Vol. 5)*, Emerald Group Publishing Limited, Leeds, pp. 161-188. Doi:10.1016/S1534-0856(02)05007-7
- Pratt, M.G. (2012). Rethinking identity construction process in organizations: three questions to consider. In: Schultz, M., Maguire, S, Langley, A, & Tsoukas, H. *Constructing identity in and around organizations* (pp. 21-50). Oxford: Oxford United. Press.
- Pratt, M.G., Schultz, M., Ashforth, B.E., & Ravasi, D. (2016). *The Oxford Handbook of Organizational Identity*. Oxford: Oxford United Press.
- Ramos, A.G. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Reinecke, J., & Ansari, S. (2017). Time, Temporality and Process Studies. In: Langley, A., & Tsoukas, H. (orgs.). *The Sage Handbook of Process Organizations Studies*. (pp. 402-416). London: Sage Publications.
- Resende, R. G., Demo, G., & Nascimento, T. G. (2019). Identidade Organizacional: Em que medida a produção acadêmica nacional identifica-se com as aspirações da área?. *Gestão E Sociedade*, 13(36), 3038–3061. Doi:10.21171/ges.v13i36.2507.
- Ricœur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papyrus.
- Ricœur, P. (1999a). ¿Que es un texto?. In: Ricœur, P. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Paídos Ibérica. S.A.
- Ricœur, P. (1999b). La Función Narrativa y la Experiencia Humana del Tiempo. In: Ricœur, P. *Historia y Narratividad*. Barcelona: Paídos Ibérica. S.A.

- Ricœur, P. (2000). A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. *Arquipélago*, 7, 177-194.
- Ricœur, P. (2002). *Del texto a la Acción: ensayos de hermenêutica II*. D.F. México: Fondo de cultura econômica.
- Ricœur, P. (2007). *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Ricœur, P. (2010a). *Tempo e Narrativa. Tomo I. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Ricœur, P. (2010b). *Tempo e Narrativa. Tomo III – O Tempo Narrado*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Ricœur, P. (2011). *Escritos e conferencias 2: hermenêutica*. São Paulo, SP: Loyola.
- Ricœur, P. (2012). Entre Tempo e Narrativa: Concordância/Discordância. *Kriterion*, 53(125), 299-310. Doi:10.1590/S0100-512X2012000100015
- Ricœur, P. (2013). *Hermenêutica e ideologias*. (3a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rohden, L. (2013). A metafísica repensada a partir da tradição fenomenológico- hermenêutica. *Veritas*, 58(2), 308-332. Doi:10.15448/1984-6746.2013.2.14827
- Santos, L. A. N. (2017). *O Conceito de identidade narrativa em Paul Ricœur*. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA.
- Santos, L. A. N. (2021a). *A Temporalidade como problema nos estudos organizacionais: a tradição sociológica, a virada histórica e as contribuições da filosofia em Paul Ricœur*. VII Congresso brasileiro de estudos organizacionais. CBEO 2021 On-line. Anais eletrônicos.
- Santos, L. A. N. (2021b). *Por Que o Tempo é uma Dimensão Esquecida nos Estudos Organizacionais?*. XLV Encontro da ANPAD. EnANPAD 2021 On-line. Anais eletrônicos.
- Schultz, M., Maguire, S, Langley, A, & Tsoukas, H. (2012). *Constructing identity in and around organizations*. New York: Oxford United Press.
- Schultz, M., & Hernes, T. (2013). A Temporal Perspective on Organizational Identity. *Organization Science*, 24(1), 1-21. Doi:10.1287/orsc.1110.0731
- Schultz, M. (2016). Organizational identity change and temporality. In: Pratt, M.G., Schultz, M., Ashforth, B.E., & Ravasi, D. (2016). *The Oxford Handbook of Organizational Identity* (pp. 93-105). Oxford: Oxford United Press.
- Shenhav, Y. (2003). The historical and epistemological foundations of organization theory: Fusing sociological theory and Engineering discourse. In: Tsoukas, H., & Knudsen, C. *The Oxford Handbook of organization theory: Meta-theoretical perspectives*. New York: Oxford United Press.
- Silva, F.L. (2005). *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo, SP: Moderna.
- Simões, L. (2009). *Estudo semântico e diacrônico do sufixo -dade na língua portuguesa*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04022010-161225/publico/LISANGELA_SIMOES.pdf.

- Sombra, L.L. (2012). Filosofia: de que se trata? *Revista Pandora Brasil*, 40, 14-21. Recuperado de https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/filosofia_40/laurenio.pdf
- Vattimo, G. (1999). *Para além da interpretação: O significado da hermenêutica para a Filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Wenzel, M., Kramer, H, & Reckwitz, J.K.A. (2020). Future and Organization Studies: On the rediscovery of a problematic temporal category in organizations. *Organization Studies*, 41(10), 1441-1455. Doi:10.1177/0170840620912977
- Whetten, D.A. (1989). What constitutes a theoretical contribution?. *Academy of management review*, 14(4), 490-495. Doi:10.2307/258554
- Whetten, D.A., & Godfrey, P.C. (1998). *Identity in organizations: Building Theory Through conversations*. Foundations for organizational science. Sage Publications.
- Whetten, D.A. (2006). Albert and Whetten Revisited: Strengthening the Concept of Organizational Identity. *Journal of management inquiry*, 15(3), 219-234. Doi:10.1177/1056492606291200
- Whetten, D.A., Felin, T., & King, B.G. (2009). The practice of theory borrowing in organizational studies: current issues and future directions. *Journal of Management*, 35(3), 537-563. Doi:10.1177/0149206308330556

Financiamento

O(s) autor(es) não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos avaliadore(a)s e à equipe editorial da revista pelas contribuições, indicações e revisões que proporcionaram o aprimoramento deste artigo.

Notas

1. Importante apontar que Talcott Parsons é um sociólogo norte-americano dos mais influentes na fundação da teoria organizacional, sendo o responsável por traduzir e inserir a obra de Max Weber no seio do pensamento organizacional estadunidense nos primórdios da constituição do campo científico da administração, sendo seu escopo de abordagem teórica de matriz funcionalista (Mardsen & Townley, 2001; Shenhav, 2003).

Autoria

Leonardo Augusto Nascimento dos Santos

Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Técnico Administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Feira de Santana.

E-mail: leonardoans@ufba.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4261-8386>

Genauto Carvalho de França Filho

Doutorado em Sociologia pelo Université Paris Diderot, França. Professor Titular da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: francafihogenauto2@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9767-7664>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Linguagem inclusiva

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Contribuição dos autores

Primeiro autor: concepção (líder), curadoria de dados (líder), análise formal (líder), investigação (líder), metodologia (líder), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), visualização (líder), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (igual).

Segundo/a autor/a: concepção (apoio), curadoria de dados (apoio), análise formal (apoio), investigação (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (igual), recursos (igual), supervisão (igual), visualização (apoio), redação – rascunho original (apoio), redação – revisão e edição (igual).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional